

A large, stylized number '2' is the central graphic of the page. The top curve of the '2' is yellow, while the rest of the shape is a dark blue. The background is a solid dark blue. The logo 'spn' is positioned on the yellow curve of the '2'.

spn
INFORMAÇÃO

É hoje?

A escola a tempo inteiro, que prometeu às famílias um prolongamento na ocupação dos seus educandos, mas continua a não responder ao desafio de melhor educação a tempo inteiro – esta lógica de servir clientes a quem se impõem necessidades, às quais este ministério heroicamente responde...

Os furos com ocupação total vêm na mesma linha de ocupação a tempo inteiro. As escolas, os professores, tiveram de responder a esta nova lógica instalada sem terem tempo – nem espaço! – para se organizar. Agora já ninguém fala disto, mas sente-se diariamente.

Os professores mais velhos e mais experientes são considerados como os únicos capazes de mudar, melhorar e ter mérito. Logo, são titulares das estruturas pedagógicas e de gestão intermédia. Não foram muitos destes que construíram e/ou viveram o 25 de Abril e que orgulhosamente ensinaram a democracia a muitos dos outros, ditos professores?

O ribombar de silêncios em cada escola, em cada sala de professores, torna mais próximo o acontecimento que muitos já temiam...

Agora é tempo de prolongamento do debate público sobre o fim da democracia nas escolas e, simultaneamente, de contagem decrescente para a concretização de uma avaliação que nunca foi verdadeiramente negociada e cujos objectivos reais se afastam dos enunciados – o que todos já perceberam há muito!

A Escola Pública tem de ser eficaz e eficiente! Não interessam percursos, meios, contextos... Sob o domínio das taxas, o que agora interessa é a taxa de sucesso, a taxa de abandono e, porque não?, a taxa de satisfação dos clientes.

A explosão adivinhava-se próxima. É hoje?
"É hoje que vamos simular um vulcão, professora?" ▶



Sentiram-se muitos abalos, inicialmente de intensidade fraca, mas aumentando nos últimos dias.

Os acontecimentos foram-se sucedendo a tal velocidade que parece terem enfraquecido todos os que os sentiram. Como se o vapor que lentamente foi libertado para a comunicação social tivesse um efeito anestésico e de excreção lenta!

Os professores faltam muito e têm muitas férias... Têm um horário de trabalho muito leve... Fazem greves aos exames... Chegam todos ao topo da carreira e não são avaliados... As escolas só funcionam até às 13h30, e algumas com poucos alunos...

Depois foram lançados materiais piroclásticos que atingiram proporções notáveis. Um admirável trabalho de gabinetes avassalou as mais diversas dimensões da Escola e os seus protagonistas.

Anabela Sousa,
Área Sindical do Porto
(Escola Secundária de S. Pedro da Cova)

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · Editor António Baldaia · Conselho de Redacção Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · Foto Capa Adriano Rangel
Paginação / Digitalização Isto é comunicação visual, lda · Impressão Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · Redacção e Administração R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · Site <http://www.spn.pt>

Tiragem média 24.500 exemplares · Registo no ICS 109963 · Depósito legal n.º 238855/06 · Distribuição gratuita aos sócios do SPN

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Isto está tudo ligado

O processo de avaliação do desempenho docente está a ser, no momento actual, provavelmente o elemento mais perturbador da vida das escolas e da situação profissional docente.

O seu lançamento está recheado de perplexidades, de incoerências, de atropelos mesmo aos próprios normativos legais impostos por este Governo. São tantos, que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) avançou já com uma providência cautelar que suspenda todo o processo e que permita respirar um pouco a todos os que têm de o implementar nas escolas e ver-se envolvidos nele.

No entanto, e no meio de toda esta confusão, uma pergunta emerge, entre tantas outras que nos podem surgir quando colocados perante toda a teia que corresponde a esta perspectiva de avaliar professores.

Porquê tanta pressa, tanta precipitação? O Governo, através da sua irremodelável ministra – recuso-me a dizer que seja da Educação –, não configurou já a canga que quer colocar nos professores para o desempenho das suas funções? Não terá feito já o mais difícil? Porquê esta aplicação tortuosa, descuidada, obsessiva? Será que a confiança do Governo no seu futuro político é já tão baixa que acredita que se não for agora poderá não ser nunca? Que, para que este ataque à vida profissional docente seja mais difícil de rechaçar, é melhor colocá-lo

já em acção, mesmo arrostando com todas as críticas processuais que esta autêntica fuga para a frente possa despertar?

Ainda se a pressa estivesse ao serviço de uma preocupação efectiva em melhorar a qualidade da Educação, continuaria a ser má conselheira, mas seria desculpável pelas boas intenções que perseguia. Se a avaliação estivesse a ser pensada como instrumento de um processo integrador e fomentador de boas práticas educativas... Mas não, ela está pensada apenas para aprisionar ainda mais os professores nos coletes administrativos e controladores que este Governo pensou para eles.

Um parêntese decisivo em todo este processo, a propósito de boas práticas. O desenvolvimento consequente do que habitualmente se designa por boas práticas necessita, antes de tudo, de liberdade de acção, de capacidade reflexiva, de trabalho cooperativo, enfim, de espaços claros de exercício de uma autonomia profissional que é intrínseca à função docente. Ora, isto é tudo o que os professores portugueses deixaram de ter após o inenarrável estatuto de carreira que lhes foi imposto.

Em ambientes de competição, individualismo, egoísmo, falta de tempo para pensar e muito menos para reflectir em conjunto, não se criam nunca condições para o surgimento de boas práticas.

É tempo de os professores – todos – verem claramente o que lhes está a ser feito. Juntarem a fragmentação da carreira às quotas de progressão; as absurdas solicitações de trabalho que sobre eles impendem ao tempo que não lhes resta, à cadeia burocrática que o novo sistema de avaliação lhes impõe; a suspeição e o individualismo aos poderes absolutos que a proposta de novo modelo de gestão entrega aos novos reitores.

Como alguém dizia: isto está tudo ligado. E se, habilidosamente, o Executivo de Sócrates desfasou no tempo medidas que, como se vê, estão tão ligadas, há que descobrir, com carácter de urgência, o denominador comum a todas elas. Quando percebermos bem isto, estaremos mais fortes. Para ataques globais tem que haver contra-ataques globais. Percebermos onde queremos chegar. E o que nos resta fazer – que é muito, de facto – é derrotar esta política.

Se dissemos aqui, num entendimento cada vez mais geral, que a figura dos novos reitores é o elo que faltava na cadeia de comando que querem estabelecer, então começemos por derrotar esta proposta de gestão que nos querem impor. Embora percebendo que a vitória só acontecerá com a derrota de toda a política educativa deste Governo. ▀

Abel Macedo,

Coordenador do SPN





Horários: desregulação e desgaste

As alterações que têm vindo a ser introduzidas nos horários dos professores estão a traduzir-se numa sobrecarga de trabalho, com implicações negativas no desgaste profissional, na burocratização da actividade e em dificuldades crescentes no desenvolvimento do trabalho com os alunos. Em muitos casos, a situação tem levado a jornadas de trabalho que ultrapassam as 35 horas semanais legalmente consagradas, reduzindo drasticamente os tempos para preparação e acompanhamento das aulas, só possível com grave prejuízo da vida pessoal e familiar.

Um dos factores que, actualmente, causa maior perturbação nas escolas prende-se com a enorme desregulação que se verifica, fruto não só da aplicação dos normativos legais em vigor, nomeadamente o Despacho 17.860/07, mas igualmente da sua aplicação abusiva.

Do balanço feito pelo Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof), ressaltam como aspectos mais graves em cada sector:

Educação Pré-Escolar

- maioria dos jardins-de-infância têm 2 horas de estabelecimento, embora haja casos de 4/5
- reuniões do Conselho de Docentes excedem o limite de horas
- em muitos casos, há educadores a fazerem apoio ao estudo
- grande descontentamento decorrente do número e excessiva duração de reuniões

1º Ciclo

- acumulação de reuniões
- problemas decorrentes da implementação das actividades de enriquecimento curricular (AEC)
- no apoio ao estudo, o titular, que deverá ser o último recurso, é, em muitos casos, o primeiro
- abusos na definição da componente não lectiva de estabelecimento, pondo em causa o tempo necessário para a componente de trabalho individual

2º/3º Ciclos e Secundário

- embora a maior parte das escolas tenha colocado os apoios educativos na "3ª coluna", há tendência para os fazer recair na componente não lectiva
- inflação de reuniões (nomeadamente por causa dos cursos de educação e formação e profissionais), apesar de a legislação reservar 2 horas para este efeito na componente lectiva
- confusão gerada pelo Despacho 17.860: os professores com CEF (pelo menos 3 turmas) têm uma média de 6 horas de reuniões por semana, a que se juntam outras (p. ex., conselhos de turma)
- substituições: apesar de a lei prever as trocas, há escolas que continuam a fazer como antes, determinando à partida que 50% das horas da redução do artigo 79º do Estatuto da Carreira Docente (ECD) são para este efeito
- horas de estabelecimento: variam entre 1 e 4, havendo escolas com 28 horas fixadas no horário.

Educação Especial

- 90% dos professores estão a exercer funções que não lhes cabe realizar: substituições, apoio pedagógico acrescido, apoio ao estudo, apoio no complemento de horário
- 60% dos professores estão a fazer 30 horas semanais nas escolas, havendo algumas situações em que estão a fazer mais de 35
- em muitos casos não há atribuição de horas para trabalho individual
- tendência para o agravamento decorrente da redução de horas dos tarefeiros de 4 para 2 horas

PROPOSTAS

Perante este balanço, concluiu-se ser necessário avançar no sentido de uma definição rigorosa das horas das diferentes componentes, de forma a pôr termo à enorme confusão e desregulação que se verificam na organização dos horários, e que se está a traduzir num desgaste e cansaço dos professores, o que, além de pôr em causa os seus direitos e expectativas, terá consequências negativas na aprendizagem dos alunos. Neste sentido, o SPN considera ser necessário avançar com uma proposta que possa corporizar estas preocupações e que tenha em conta as especificidades dos diferentes sectores. A proposta que se apresenta para debate é esta, em síntese:

Pré-Escolar e 1º Ciclo

- componente lectiva: número de horas legalmente consagrado nos artigos 77º e 79º do ECD
- horas de estabelecimento: 2 (incluindo reuniões) ou 1 para trabalho de estabelecimento + 1 para reuniões
- horas para trabalho individual: 8 ou 9, no mínimo

2º/3º Ciclos, Secundário e Especial

- componente lectiva: número de horas legalmente consagrado nos artigos 77º e 79º do ECD
- horas de trabalho directo com os alunos (para além da componente lectiva a que está obrigado): máximo 2
- horas de estabelecimento: máximo 2, a que acrescerão 2 para reuniões
- horas para trabalho individual: 9, no mínimo

INICIATIVAS

Face à situação criada, é intenção do SPN e da Fenprof avançar com a recolha de assinaturas em dois abaixo-assinados (um para Pré-Escolar e 1º Ciclo, outro para 2º/3º Ciclos, Secundário e Especial), tendo em conta as especificidades dos diferentes sectores. Será, igualmente, enviado para as escolas um cartaz com as reivindicações já assumidas pela Federação neste âmbito, com um apelo à subscrição dos abaixo-assinados.

Das iniciativas pensadas neste âmbito faz parte, também, a elaboração de uma grelha-tipo a distribuir pelos professores para registo das horas semanais nas diferentes componentes.

Entretanto, o SPN agendou para 12 de Fevereiro um plenário de professores, com o objectivo central de debater a degradação das condições de trabalho e as acções a levar a cabo no sentido da dignificação do exercício da profissão. Desta iniciativa daremos conta na próxima «SPN-Informação». ▶

Adriano Teixeira de Sousa,

*Direcção do SPN
(secretário nacional da Fenprof)*

Avaliação do desempenho já está (mas não está) regulamentada

Um ano após a publicação do novo Estatuto da Carreira Docente, foi publicado o primeiro de vários diplomas que visam a regulamentação de matérias específicas. E a primeira foi, como esperado, a avaliação do desempenho docente – Decreto Regulamentar nº 2/2008, de 10 de Janeiro. Infelizmente, o diploma confirma todas as críticas que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) expressaram na fase da sua negociação.

O modelo de avaliação imposto pelo ME é extremamente pesado e burocratizado, tornando difícil, se não impossível, a sua aplicação nos moldes e com todos os procedimentos previstos.

Por outro lado, ao envolver apenas duas pessoas na condição de avaliadores – o presidente do Conselho Executivo, ou director, e o coordenador de Departamento Curricular –, é a antítese do modelo defendido pela Fenprof, que aponta um processo participado e cooperativo, com carácter essencialmente formativo (ausente do modelo aprovado), sem prejuízo de poder prever a penalização de quem tivesse um desempenho insatisfatório e não evoluísse na sua prática de forma positiva.

Revela também, claramente, a intenção economicista do ME, quer pela imposição de quotas para atribuição das menções ‘*Muito Bom*’ e ‘*Excelente*’, quer pelos efeitos da atribuição de ‘*Regular*’, que implica a não contagem do tempo para progressão na carreira. Se a isto juntarmos a fractura introduzida na carreira, com a criação de duas categorias hierarquizadas e a instituição de uma dotação específica (vagas) para acesso a Professor Titular, resulta clara a intenção de manter a maioria dos docentes nos escalões mais baixos ou intermédios. No que toca às quotas para atribuição de ‘*Muito Bom*’ ou ‘*Excelente*’, fica clara a contradição do ME, que nos discursos insiste que este é um modelo que visa premiar o mérito, quando a introdução das quotas pode mesmo negar o reconhecimento desse mérito a quem o tenha.

Contudo, estas críticas não podem ser confundidas com a ideia, falsa, de que a Fenprof ou os professores se opõem à avaliação do desempenho. Pelo contrário, defendemos uma avaliação que seja, de facto, séria e rigorosa e cujo processo não se torne no centro da actividade e das preocupações dos educadores/professores.

Cortejo de ilegalidades

O decreto agora publicado não esgota a regulamentação da avaliação, pois remete para vários outros, o que não só implica atrasos como coloca em causa a legalidade do processo. Se não vejamos:

- O artigo 35º prevê um despacho de publicação das fichas de avaliação e auto-avaliação, já divulgado no *site* da DGRHE, tal como as respectivas fichas, mas que não foi negociado nem publicado. Esse documento tem validade?
- As ponderações dos itens de avaliação constantes das fichas também estão por publicar.
- O nº 2 do artigo 12º remete também para um despacho, de que não se conhece nem sequer um anteprojecto, que determinará as condições para delegação da competência de avaliador por parte dos coordenadores de departamento curricular noutros titulares. Ora, como proceder à definição de objectivos individuais, acordada entre avaliados e avaliadores, se tantos docentes não têm, sequer, a certeza sobre quem será um dos seus avaliadores?!
- Também está por publicar o regime de avaliação dos coordenadores de departamento por parte de um inspector da educação. Ou seja, nem os coordenadores, que também são avaliados, podem ainda negociar os seus objectivos individuais.
- Igualmente por publicar, está o despacho conjunto que estabelece regras de diferenciação dos desempenhos – dito de outra forma, as quotas...
- O mesmo acontece com as regras de avaliação dos membros de direcções executivas sem componente lectiva e dos directores de Centros de Formação de Associações de Escolas.
- O nº 2 do artigo 6º refere um conjunto de recomendações do Conselho Científico da Avaliação de Professores (CCAP) que devem ser respeitadas pelas escolas no processo de elaboração e aprovação dos instrumentos de registo anual de informação relevante para a avaliação – recomendações que



ISTO É

foram divulgadas no *site* da DGRHE em 25 de Janeiro – antes mesmo de o CCAP ter existência legal! – e emitidas apenas pela sua presidente, único membro ainda conhecido dos 21 que o deverão compor.

Cabe aqui perguntar qual o papel destinado ao CCAP. Nos termos da lei, tem a “missão de implementar e assegurar o acompanhamento e monitorização do novo regime de avaliação”, mas, pela amostra, tudo indica que vai tornar-se num instrumento de validação pseudo-científica das opções políticas do ME. Pois se nem sobre as fichas de avaliação e auto-avaliação se pronunciou!...

Quanto à DGRHE, não pára de pautar a sua actuação pela incompetência. À pergunta sobre quais os departamentos que vigoram para efeitos da implementação da avaliação, é dado como resposta que são “os previstos no Decreto-Lei nº 200/2007”. Ora, as declarações do secretário de Estado da Educação vão em sentido contrário, tendo afirmado que as escolas e os agrupamentos são soberanos quanto à organização interna e assumido que as escolas não têm que seguir aquela organização, que, como o próprio diploma estipulava, “tem efeitos apenas para o concurso a que se refere o presente decreto-lei, não prejudicando a actual organização dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas”.

Exigir as condições legais

Além das já referidas, muitas outras dificuldades se colocam ainda a este processo, entre as quais:

- as fichas de avaliação contêm parâmetros tecnicamente mal elaborados, alguns dos quais impossíveis de enquadrar numa avaliação quantificada;
- alguns dos elementos de referência da avaliação, como o progresso dos resultados escolares e o abandono – cuja consideração mereceu a frontal oposição da Fenprof, convém recordar –, causarão enormes dificuldades em escolas sem práticas de auto-avaliação instituídas;
- muitos projectos educativos não estão adaptados aos indicadores de medida agora apresentados, impondo-se a sua reformulação, o mesmo podendo ter que acontecer com os projectos curriculares de escola;
- também pode ser imperativo reformular regulamentos internos, por exemplo, para prever a avaliação do coordenador pelos membros do respectivo departamento curricular (artigo 29º);
- que tempos e condições haverá para “encaixar”, sem prejuízo das outras obrigações e sem uma sobrecarga de trabalho absurda, a negociação de objectivos individuais, a entrevista individual, a assistência a aulas por parte dos avaliadores e as reuniões de avaliadores?

Em suma, o SPN considera que a legislação até pode ser má, mas é para cumprir integralmente... Ou apenas para se verificar que tal é impossível de concretizar!

Aliás, saúda-se a decisão de muitos agrupamentos/escolas de não avançarem com o processo, por considerarem não haver condições para tal, e lança-se aqui o repto para que cada vez mais optem por esta posição de exigência das condições legais e necessárias para iniciar ou retomar o processo.

Foi com este pensamento que os sindicatos da Fenprof decidiram avançar com providências cautelares, exigindo a suspensão do processo até final do ano lectivo, sem abandonar a exigência de criação de um modelo de avaliação que realmente vise a melhoria dos resultados dos alunos e o desenvolvimento profissional dos educadores/professores. Algo que, claramente, não será atingido com a aplicação do modelo que o ME insiste em impor! ▶

José Manuel Costa,
Direcção do SPN
(secretário nacional da Fenprof)

O professor sob suspeita

O regime jurídico da autonomia, administração e gestão que o Governo quer impor, à margem de críticas e alertas oriundos das escolas e de vários sectores, foi analisado com grande pormenor por Virgínio Sá, no decorrer de um seminário promovido pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof), em Janeiro. “O professor sob suspeita” foi o mote dado pelo docente da Universidade do Minho, sublinhando ser essa a ideia que atravessa todo o documento.

Numa intervenção de marcada ironia, Virgínio Sá evidenciou as contradições com que foi construído o documento, alertando para a recuperação da *teoria do grande chefe*. Comprovou que não há falta de liderança na escola portuguesa e antecipou as consequências que este regime pode trazer ao sistema educativo, citando Stephen Ball: “As escolas, naturalmente, envolver-se-ão cada vez menos nos absorventes processos de promoção do sucesso educativo, para se dedicarem a vistosas encenações de *fabricação* dos resultados”.

Nos complementos on-line da «SPN-Informação» (www.spn.pt), os leitores poderão aceder à versão-base da comunicação. Para estas páginas, seleccionámos duas questões centrais que preocupam os docentes.

1. A “*novidade*” do Conselho Geral e o *sectarismo contra os professores*. No documento em apreço propõe-se um novo órgão colegial de direcção, agora designado Conselho Geral. A sua composição e competências não apresentam, num primeiro nível de análise, diferenças significativas em relação à *velha* Assembleia instituída pelo Decreto-Lei 115-A/98.

Há, contudo, *pequenos* pormenores. Se os corpos sociais aí representados são os mesmos, o seu peso relativo é agora diferente. Por exemplo, o número de representantes dos professores não pode ser superior a “40% da totalidade dos membros do Conselho Geral”. O que antes era uma possibilidade (dependente da própria escola) torna-se agora uma imposição externa. [...]

Os argumentos aduzidos pelos defensores de uma representação inferior a 50% articulam-se com a *natureza política* do órgão. Não se tratando de um órgão de *natureza técnica*, não haveria qualquer razão que sustentasse uma representação maioritária dos professores. Os que sustentam uma composição com forte representação docente ancoram a sua posição na necessidade de subordinar todas as decisões escolares ao primado da pedagogia.

Não faz sentido...

Mais contestável (e surpreendente) do que a restrição anterior é a exigência de que, pelo menos, 25% dos candidatos à representação dos docentes tenham que ser “professores titulares”. Este requisito faz o mesmo sentido que exigir que pelo menos 25% dos candidatos a representar os pais estejam filiados no partido do Governo, que pelo menos 25% dos candidatos a representar os alunos tenham olhos azuis ou que pelo menos 25% dos candidatos à representação dos funcionários sejam destros.

Outra *novidade* decorre da imposição que determina que o presidente do Conselho Geral *não pode ser* um professor! Se até aqui se determinava que tinha que ser um professor, agora, com o mesmo radicalismo, exclui-se este corpo profissional dos elegíveis para a função de presidência do órgão. Até se poderia compreender que o presidente do Conselho Geral *não tivesse que ser* um professor. Contudo, impor que *não possa ser* envolve uma discriminação cujos insondáveis motivos escapam ao comum dos mortais.

2. O *director idealizado pelo ME*. Do lado das *novidades* pode, também, creditar-se a competência do Conselho Geral para “seleccionar e eleger o director”. Trata-se, na verdade, de duas aparentes novidades: este órgão de “administração e gestão” será obrigatoriamente unipessoal e será designado através de um processo “híbrido” que envolve uma combinação de *concurso* com *eleição*. A *novidade* é, contudo, ilusória, pois quer o processo de designação, quer a natureza unipessoal do órgão constituem uma ressurreição de uma *solução* que se julgava morta e enterrada após o *arquivamento* do insucedido Decreto-Lei 172/91 [...].

O mais estranho é que este processo de recrutamento, que já tinha sido experimentado e objecto de uma *avaliação externa* por parte do Conselho de Acompanhamento e Avaliação, merecendo uma apreciação negativa, surja agora como um dos pilares para promover “boas lideranças e lideranças fortes”. [...]

No enquadramento normativo actual (DL 115-A/98) existe a possibilidade de opção por um órgão unipessoal para o exercício daquelas funções, cabendo à escola a competência de decidir sobre o assunto. É do conhecimento geral que as escolas optaram esmagadoramente por um órgão colegial. Na proposta aqui em apreciação, os proponentes não têm dúvidas – o órgão de gestão tem de ser unipessoal. Pena é que não tenham partilhado connosco a fundamentação teórico-empírica das suas certezas.



ANA ALVIM

Mais uma arbitrariedade

Apesar da sensibilidade e simbolismo da questão, não há evidências que sustentem a *bondade* absoluta de uma ou outra solução. Por exemplo, um órgão colegial pode ser tão ou mais autoritário do que um órgão unipessoal. Contudo, a dimensão simbólica da unipessoalidade é ainda muito forte. Neste contexto, a imposição de um órgão unipessoal [...] poderá ser interpretada como mais uma arbitrariedade e usurpação de autonomia da escola para decidir entre as duas alternativas. O avocar, por parte da Administração Central, da competência para decidir entre a unipessoalidade e a colegialidade do órgão de gestão, num quadro em que não há uma sustentação *técnica* irrefutável para decidir, parece fazer parte das *certezas prévias* da administração e que, por isso, devem ser colocadas acima de qualquer discussão.

O processo de designação do órgão de gestão constitui igualmente uma *matéria sensível*. Se o órgão de gestão fosse um mero executor das deliberações do órgão de direcção, e claramente subordinado a este, o processo de escolha perderia alguma da sua relevância (a selecção por concurso seria até admissível). Num contexto de persistente centralização e em que o órgão de gestão se vem assumindo, cada vez mais, como o *principal poder* dentro da escola – poder esse, em relação (e subordinação) directa com o Ministério da Educação (via, nomeadamente, Conselho das Escolas) –, o “processo de designação” ganha outra centralidade.

J.P.O. (adaptação)

Continuar a aprofundar e a enriquecer a reflexão

As questões relativas à autonomia e gestão são da maior relevância, pela dimensão política que encerram e pela forma como influenciam as relações de trabalho e o próprio clima de escola. O reconhecimento desta importância justifica que façam parte do caderno reivindicativo da Fenprof desde há muitos anos, tendo sido recorrentemente objecto de múltiplas discussões.

Foi este trabalho que permitiu à Federação construir propostas próprias, visando a transferência de competências para o nível local e para a escola, e nestes, para órgãos próprios, democraticamente legitimados e com adequada representação escolar e comunitária – destacam-se as propostas de criação de Conselhos Locais de Educação (que defendemos desde os anos 80) e de uma matriz para a direcção e gestão escolares que procura garantir o reforço da democraticidade na sua organização.

O projecto do Governo, além de não responder aos constrangimentos do DL 115-A/98, representa um retrocesso no funcionamento democrático da Escola Pública, pondo em causa os princípios de elegibilidade, colegialidade e participação.

No seminário de Janeiro, cruzámos olhares, nomeadamente com quem estuda e investiga estas questões e com quem exerce cargos de gestão nas escolas. A diversidade de pontos de vista permitirá, certamente, aprofundar e enriquecer a reflexão da Fenprof sobre a oportunidade e o alcance das alterações propostas. ▀

Manuela Mendonça,
Direcção do SPN
(secretária nacional da Fenprof)

Encontro regional de educadores de infância

Sob o lema “*Exigir no Presente para Defender o Futuro*”, o Encontro Regional de Educadores de Infância que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) vai promover já tem data: 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Um dia significativo para um sector de educação essencialmente feminino, onde se pretende fazer uma discussão aprofundada sobre as matérias que preocupam os docentes da Educação Pré-Escolar (EPE), nomeadamente as questões relativas ao calendário escolar específico, à defesa da obrigatoriedade de frequência no ano imediatamente anterior ao ingresso no 1º Ciclo e ao horário docente.

Vivemos um tempo em que cada vez mais exigências se colocam a todos os docentes, independentemente do sector a que pertencem. Cada vez mais são necessários espaços comuns de discussão, participação, partilha.

Reconhecida a importância da avaliação na EPE, os argumentos de quem defende a existência de um calendário escolar diferenciado caem por si só, e torna-se mais evidente para todos que a razão sempre esteve ao lado dos educadores de infância quando o contestaram. Por isso, neste momento exige-se vontade e coragem política para alterar a situação do actual calendário, que desde 2001 discrimina a EPE, revogando-o e devolvendo aos docentes do sector os espaços necessários que lhes permitam participar, em pé de igualdade com os docentes dos outros sectores, nos diferentes órgãos do agrupamento onde se encontram integrados.

Mas outras questões se colocam: que horários estão a ser praticados hoje pelos educadores de infância? como está a ser desenvolvida a componente não lectiva? que tempo passam na escola? estão a ser respeitados os seus direitos?

E quanto aos direitos das crianças, o que tem sido feito? Cada vez mais se torna necessário criar mecanismos que garantam uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso à EPE. É nosso entendimento que a obrigatoriedade de frequência durante pelo menos um ano na escola pública garantiria a todas as crianças a frequência deste sector. Mas como fazê-lo?

Sendo certo que o SPN e a Federação Nacional dos Professores já têm posições definidas relativamente a esta matéria, temos ao longo do tempo promovido iniciativas no sentido de abrir esta discussão a outros e de promover confronto de ideias que nos permitam enriquecer as nossas propostas. O próximo encontro regional pretende ser mais um desses momentos (oportunamente será divulgado o programa). ▶

Os aposentados e a ADSE

Os educadores/professores aposentados sofreram descontos para a ADSE nos subsídios de férias e de Natal, ou seja nos 13º e 14º meses a que têm direito.

Este desconto coloca os aposentados numa situação de desigualdade relativamente aos seus colegas do activo, que só sofrem descontos – e muito bem – em 12 meses. Os aposentados não estão doentes 14 meses por ano!

Os educadores/professores aposentados escreveram para a Caixa Geral de Aposentações pedindo a fundamentação do acto. Apesar de este pedido ter sido feito “ao abrigo do disposto nos artigos 61º e seguintes do CPA” (Código de Procedimento Administrativo), muitos subscritores ainda não obtiveram resposta para poderem apresentar queixa ao Ministério das Finanças.

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN precisa de saber quem são estes aposentados, para poder apresentar uma reclamação contenciosa. Quem estiver neste caso deve contactar urgentemente com o sindicato.

Entretanto, o problema já foi exposto à Provedoria de Justiça, e contamos com o seu trabalho correcto e justo.

Outras informações

O SPN tem organizada uma viagem à Tunísia, com partida a 24 de Abril, compreendendo um circuito e um descanso na praia de Sousse. Os interessados devem dirigir-se ao sindicato.

Entretanto, recorda-se, depois de uma visita cultural a Lisboa (exposição do Museu Hermitage e visita aos palácios da Ajuda e da Pena), os educadores/professores aposentados reuniram-se no já tradicional Almoço de Reis. Participaram 140 associados do SPN e o convívio foi muito animado. ▶

Teresa Maia Mendes,

secretária da mesa da assembleia-geral do SPN

correio dos sócios

Um caso paradigmático

31 Dez	Eu [idade]	Eles [idade exigida]	Eu [carreira contributiva]	Eles [anos a penalizar]	Penalização
2008	56,5	61,5	37,5	5	22,5%
2009	57,5	62	38,5	5	22,5%
2010	58,5	62,5	39,5	4	18%
2011	59,5	63	40,5	4	18%
2012	60,5	63,5	41,5	3	13,5%
2013	61,5	64	42,5	3	13,5%
2014	62,5	64,5	43,5	2	9%
2015	63,5	65	44,5	2	9%
2016	64,5	65	45,5	1	4,5%
2017	65,5	?	46,5		
2018	66,5	?	47,5		

Este é o meu caso. Alimentei a expectativa, durante 20 anos, de me poder aposentar em 2007. É o que se vê – só em 2017. Antes disso, só mesmo com penalizações posso “regressar às origens” – a menos que queira prestar 46 anos de serviço. Estou a pensar, aliás, ir ao meio século. E talvez ainda haja quem diga que não é nada de especial (estes são os tempos que correm).

Agora pergunto: fiz algum mal, para ser penalizado? É que o termo *penalização* é exactamente o que consta no simulador, em www.cga.pt.

Assim, não é triste ser português, mas é muito triste termos um Portugal assim. Estarei enganado? Sinto-me desconsiderado. ▶

Carlos Sambade, sócio SPN nº 10.228

Incapacitados para a docência poderão integrar mobilidade especial

São cerca de 2.500 os educadores/professores declarados com incapacidade para o exercício de funções docentes que poderão vir a integrar o Regime de Mobilidade Especial. Este projecto, que contraria as declarações da ministra Maria de Lurdes Rodrigues, em Novembro de 2006, garantindo que a tutela não tinha qualquer intenção de colocar “um único professor” no quadro de supranumerários, foi objecto de “negociação” em 24 de Janeiro.

Mais uma vez, o Governo fez questão de manifestar a sua arrogância e o seu desprezo pelos professores, só possíveis pela maioria absoluta de que o partido que o suporta dispõe no Parlamento. De facto, como vem sendo habitual, nada foi negociado.

A grande maioria destes docentes, incapacitados para a actividade lectiva porque a doença os impede, podem assumir e desempenhar outras funções necessárias à vida das escolas. Assim não entende o Ministério da Educação (ME), que, numa atitude de completa insensibilidade face ao problema humano e às necessidades das escolas, trata estes docentes – muitos deles a poucos anos de se aposentarem – como material descartável. É a “solução de fim de linha” de que falava o secretário de Estado da Educação, Jorge Pedreira, em Outubro de 2007.

O projecto de alteração ao Decreto-Lei nº 224/2006, de 13 de Novembro, prevê aplicação do regime de mobilidade especial a estes professores, num primeiro momento “a bem” e num segundo momento “a mal”. O professor é compelido a requerer “voluntariamente” a sua transferência

para a mobilidade especial, pois, se não o fizer, essa acabará por ser a solução final, através de passagem automática, bastando que a junta médica da Caixa Geral de Aposentações não defira o pedido de aposentação por incapacidade apresentado pelo professor ou ele não a requeira. O que, face às situações de todos conhecidas, e no que às juntas médicas diz respeito, não configura nada de bom. Mas também os docentes sem componente lectiva atribuída são confrontados com a possibilidade, por enquanto voluntária, de lhes ser aplicada a mobilidade especial.



De facto, o nº 4 do artigo 64º do Estatuto da Carreira Docente (ECD) – “as regras da mobilidade especial aplicáveis aos docentes dos quadros sem componente lectiva atribuída são as definidas em diploma próprio” – deixa em aberto a possibilidade de integração de um determinado universo de docentes no quadro de supranumerários. Se conjugarmos este artigo com as alterações propostas ao DL 224/06, nomeadamente com o ponto 1 do artigo 4º, “o docente com nomeação definitiva em lugar do quadro de escola ou de zona pedagógica com ausência de componente lectiva, pode em qualquer momento, requerer a sua colocação em regime de mobilidade especial, nos termos da Lei nº 53/2006, de 7 de Dezembro”, acabamos por ver consagrado, ainda que de forma subtil, o regime de mobilidade especial também para estes professores.

A recente decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, na sequência de uma providência cautelar interposta pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte (STFPN) para reintegração nos vários serviços da Direcção Regional do Norte do Ministério da Agricultura dos 63 funcionários que o Governo colocara na mobilidade especial, com a obrigação do pagamento dos salários em dívida desde Maio, reforça a apreciação negativa que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) faz do projecto de alteração do DL 224.

Entretanto, por não se conformar com a solução de “fim de linha”, a Fenprof requereu à ministra da Educação, no dia 30 de Janeiro, a realização de uma negociação suplementar do projecto. ▶

Henrique Borges,

Direcção do SPN

(secretário nacional da Fenprof)

Desemprego docente: é preciso alertar o país!

*José Paulo Oliveira,
jornalista*

Que eixos para a intervenção no problema do (des)emprego docente? Para reflectir sobre esta questão, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) promoveu um fórum de âmbito nacional que juntou em Lisboa (30 de Janeiro) diversos educadores, professores, investigadores, quadros sindicais e outros especialistas da área educativa. Os participantes defenderam uma melhoria das condições de trabalho que fomente a qualidade da resposta educativa e apoie a iniciativa das escolas, num quadro de autonomia efectiva.

TODOS NO MESMO BARCO. “A oferta de cursos de formação de professores através da iniciativa privada veio a criar excedentários [...] não sendo, doravante, menos importantes os efeitos destes (oficialmente) excedentários na própria imagem social da profissão docente. [...] É necessário valorizar a importância do trabalho dos sindicatos, da sindicalização, da luta e do protesto dos docentes, porque a hegemonia neoliberal e neoconservadora tenta apresentar a precariedade como uma **coisa natural**. Mais do que nunca, estamos todos no mesmo barco: educadores de infância, professores dos 1º, 2º e 3º ciclos, do secundário, da educação especial, do ensino profissional e do ensino superior” [...]. ▶
Almerindo Janela Afonso, Universidade do Minho

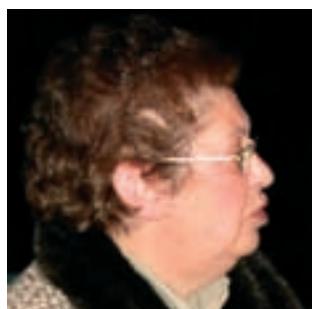


ESTADO DESTRÓI EMPREGO QUALIFICADO. “O Estado, que era o principal empregador de níveis elevados de escolaridade, transformou-se num destruidor de emprego qualificado. [...] A formação nas empresas é reduzida [...] Tem-se verificado nos últimos anos um claro desinvestimento em todos os níveis de ensino, o que está a pôr em perigo o desenvolvimento do país [...] É necessário que a reforma do sistema de ensino seja feita com a participação dos profissionais da educação e não contra eles, como se está a verificar”. ▶

Eugénio Rosa, CGTP-IN

É POSSÍVEL COMBATER O DESEMPREGO. “A Fenprof tem formulado um conjunto de reivindicações que [...] traria inegáveis reflexos positivos em termos de emprego docente: diminuição do número de alunos por turma; redução do número de níveis e de turmas atribuíveis a cada docente; viabilização de condições para que as escolas desenvolvam os seus próprios projectos de combate ao insucesso e ao abandono; reforço do apoio e acompanhamento dos alunos com NEE; valorização dos quadros de escola, de acordo com as suas verdadeiras necessidades; alargamento de rede pública de estabelecimentos do Pré-Escolar; constituição de equipas educativas no 1ºCEB; desenvolvimento de um plano nacional de combate ao analfabetismo; comprometimento sério com o aumento das qualificações académicas e profissionais da população activa”. ▶

João Louceiro, secretário nacional da Fenprof



EMPREGO PASSA POR REDEFINIÇÃO DE FUNÇÕES. “A dinamização de actividades de concepção, acompanhamento e avaliação de projectos educativos; as actividades de enriquecimento curricular (não encaradas como algo que está à parte na Escola); o apoio a alunos com NEE; a orientação de percursos escolares dos alunos; o trabalho especializado com jovens adultos e adultos; o trabalho de supervisão pedagógica de professores; a mediação da relação pedagógica e da relação escola-família; a dinamização de projectos de investigação; e a dinamização de projectos culturais com a comunidade – deveriam ser funções especializadas a desenvolver por profissionais docentes e/ou não docentes. [...] O emprego docente passa hoje, inevitavelmente, pela discussão, delimitação em novos moldes, divisão e especialização das funções docentes e não docentes necessárias a um cumprimento mais satisfatório do papel da Escola”. ▶

Manuela Esteves, Universidade de Lisboa

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO APOSTA NA DISPENSA DE PROFESSORES. “De acordo com os resultados do último concurso para contratação, 35.000 professores ficaram no desemprego e entre 12 a 13 mil em situação de precariedade [...] O Ministério da Educação aposta na dispensa de professores, o que se reflectirá no aumento do desemprego, contribuindo nesse sentido o encerramento cego de escolas; o aumento da idade da reforma; as alterações ao regime de reduções horárias por motivo de antiguidade; a transformação de quadros de escola em quadros de agrupamento; a eliminação de pares pedagógicos; a sobrecarga e aumento dos horários dos professores; a entrega de respostas públicas a interesses privados; a perspectiva da monodocência no 2º Ciclo; os cortes no financiamento de universidades e politécnicos. O combate a estas medidas é, também, um combate à degradação das condições de trabalho e de vida dos professores portugueses”. ▶

Mário Nogueira, *secretário-geral da Fenprof*



ME LIMITA-SE A GERIR E PROVOCAR DESEMPREGO. “O desemprego docente é uma parte do desemprego geral que se regista no país, atingindo hoje valores preocupantes. [...] O Estado tem que assumir uma responsabilidade social. [...] As políticas economicistas provocam cada vez mais precariedade e mais desemprego na Administração Pública e entre os professores. Não queremos que o Ministério da Educação seja uma agência de emprego, mas a verdade é que os responsáveis da 5 de Outubro não planificam, limitam-se a gerir e a provocar mais desemprego”. ▶

Óscar Soares, *secretário nacional da Fenprof*

FALTA DE PLANEAMENTO. “O sistema educativo está em ruptura: há uma disfunção entre o sistema formador de professores e o mercado de emprego. Esta situação resulta da falta de planeamento prospectivo no passado. [...] Para que a relação procura-oferta de professores se volte a ajustar, é necessário intervir no sistema. A eficácia dessa intervenção depende do planeamento. Este funciona porque as suas principais variáveis são expectáveis, através de projecções demográficas (alunos), e reguláveis, através de medidas de política educativa (professores). O ministério deveria ter um observatório permanente de evolução do sistema educativo. Se tem, não divulga os resultados na totalidade. Independentemente do Ministério da Educação, também os sindicatos deveriam também ter um observatório. [...] Com este observatório, os sindicatos poderiam reforçar e melhorar os argumentos de negociação”. ▶

Pedro Mariano Pego, *Universidade de Aveiro*



UM ESTUDO EXPRESSIVO. “O estudo do SPGL [apresentado no fórum] confirma que as declarações da ministra – segundo as quais não é significativo o número de professores desempregados, o que há são **jovens licenciados à procura do primeiro emprego** no ensino – não são verdadeiras. Basta ver o tempo de serviço e a idade dos docentes a que este estudo diz respeito. Dois terços têm mais de seis anos de serviço. Cerca de 50% têm entre 30 e 40 anos de idade”. ▶

Sílvia Pereira, *SPGL*

O INTERESSE DO PAÍS EM CAUSA. “Os participantes no Fórum sobre o Emprego Docente apelam à sociedade para que tome consciência de que é o interesse do país que está em causa quando milhares de docentes são deliberadamente lançados para o desemprego ou mantidos em situação de prolongada e comprometedora precariedade. Insistem em que a mudança das actuais políticas que contribuem para o desemprego e a precariedade docente requer uma forte intervenção, em particular dos professores vítimas destas situações [...]. Com a consciência de que estes problemas não são a expressão de uma fatalidade mas o resultado de erradas opções políticas, os docentes, as escolas e o país continuarão a contar com a combatividade e a determinação da Fenprof e dos seus sindicatos, incluindo o esforço informativo e de organização que promova a participação activa dos professores contratados e desempregados na luta”. ▶

**RESOLUÇÃO
APROVADA
NO FÓRUM**

Alterações ao Estatuto do Aluno

A Lei nº 3/2008, de 18 de Janeiro, altera vários artigos da Lei 30/2002, que aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário. Estas alterações, aplicando-se apenas às situações ocorridas após a sua entrada em vigor, obrigam à adaptação dos regulamentos internos das escolas.

Foram vários os artigos alterados, entre os quais os 18º, 19º, 21º e 22º, que dizem respeito, respectivamente, a faltas, justificações de faltas, excesso grave de faltas e efeitos das faltas.

São vários os motivos que permitem a justificação das faltas, mas o pedido de justificação tem de ser apresentado até ao 3º dia útil subsequente à verificação da mesma.

No caso de excesso grave de faltas – duas semanas (1º Ciclo) ou o dobro do número de tempos lectivos semanais, por disciplina (restantes ciclos) –, os encarregados de educação são convocados pelo director de turma ou pelo professor titular de turma com o objectivo de os alertar e de ser encontrada uma solução para o problema.

Entretanto, e independentemente da natureza das faltas, sempre que atinja um número total de faltas correspondente a três semanas (1º Ciclo) ou ao triplo de tempos lectivos semanais, por disciplina (restantes ciclos), o aluno deve realizar uma prova de recuperação nas disciplinas em causa – o mesmo acontece, no caso de faltas injustificadas, quando o seu número corresponde a duas semanas ou ao dobro de tempos lectivos semanais, por disciplina.

Caso o aluno não obtenha aprovação na(s) prova(s), o conselho de turma pode determinar:

a) o cumprimento de um plano de acompanhamento e a realização de nova(s) prova(s);

b) a retenção do aluno, no caso da escolaridade obrigatória;

c) a exclusão do aluno, se fora da escolaridade obrigatória.

Obtendo aprovação na prova prevista na alínea a), o aluno retomará o percurso escolar normal. ▶

índice de legislação

JANEIRO

I Série

07. Decreto-Lei 3/08

Define os apoios especializados a prestar na Educação Pré-Escolar e nos ensinos Básico e Secundário dos sectores público, particular e cooperativo.

07. Decreto-Lei 4/08

Introduz alterações nos cursos artísticos especializados de nível secundário de educação, excluindo o Ensino Recorrente de Adultos, e suspende a Revisão Curricular do Ensino Secundário aprovada pelo Decreto-Lei nº 74/04, de 26 de Março, nas componentes de formação científica e técnico-artística, relativamente aos cursos artísticos especializados de Dança, Música e Teatro.

10. Decreto Regulamentar 1/08

Define a composição e competências do conselho médico do sistema de verificação de incapacidade permanente da Caixa Geral de Aposentações, IP.

10. Decreto Regulamentar 2/08

Regulamenta a avaliação de desempenho dos professores dos ensinos Básico e Secundário.

10. Portaria 30-A/08

Procede à revisão anual das remunerações dos funcionários e agentes da Administração Central, Local e Regional, actualizando os índices 100 e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas de ajudas de custo e os subsídios de refeição e de viagem.

18. Lei 3/2008

Primeira alteração à Lei nº 30/2002, de 20 de Dezembro, que aprova o Estatuto do Aluno.

21. Decreto Regulamentar 3/08

Estabelece o regime de avaliação de conhecimentos e competências, abreviadamente designada por prova, prevista no artigo 22º do Estatuto da Carreira Docente (Decreto-Lei nº 15/2007, de 19 de Janeiro).

30. Portaria 96-A/08

Fixa a taxa a cobrar pela realização da junta de recurso prevista no nº 5 do artigo 95º do Estatuto da Aposentação.

30. Portaria 96-B/08

Define os procedimentos necessários à integral execução do Decreto-Lei nº 377/2007, de 9 de Novembro, estabelecendo a forma de colaboração do Instituto da Segurança Social no sistema de verificação de incapacidade permanente da Caixa Geral de Aposentações.

II Série

03. Despacho 143/08

Aprova o modelo orgânico e operacional relativo à execução do Plano Tecnológico da Educação.

03. Despacho 145/08

Cria o Escalão Especial do Ensino Secundário, que define o valor de capitação até ao qual o aluno deve ser enquadrado no programa de acesso aos computadores

personais e à banda larga e no acesso à bolsa de mérito.

08. Despacho Normativo 1/08

Estabelece a atribuição e o reconhecimento de equivalência entre disciplinas e áreas de formação constantes de planos de estudos de cursos de nível secundário aprovados previamente à produção de efeitos do Decreto-Lei nº 74/04, de 26 de Março.

09. Despacho 1.157/08

Tabelas de retenção na fonte para o ano 2008.

FEVEREIRO

I Série

05. Decreto Regulamentar 4/08

Define a composição e o modo de funcionamento do Conselho Científico para a Avaliação dos Professores.

Sindicato dos Professores do Norte

CONVOCATÓRIA

Assembleia-Geral Eleitoral / 13 de Maio de 2008

Nota: A entrega de listas deverá ser feita até 30 dias antes, às 18 horas. Os locais e horas de funcionamento das mesas de voto, bem como outras informações relativas ao acto eleitoral, serão publicadas na «SPN-Informação».

Porto, 7 de Fevereiro de 2008
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral
Maria Ruth Rodrigues

De acordo com os Estatutos do SPN, convoco a Assembleia-Geral Extraordinária (descentralizada) para o dia 13 de Maio de 2008, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Eleição dos Corpos Gerentes do SPN para o triénio 2008-2011

Primeiro foram as sagas da empresarialização das universidades e das fundações. Agora é a dos contratos de recuperação económica e financeira, ou seja a saga da falta de fundos, com todo o cortejo de malfeitorias associado.

Muito se tem falado da saga das fundações em que o ministro gostaria de ver transformadas as universidades públicas. Em jeito de balanço poderá dizer-se que essa cruzada de Mariano Gago se saldou numa derrota política.

Apenas conseguiu que três instituições públicas apresentassem propostas com vista a passarem a fundações. E essas fizeram-no suscitando uma série de dúvidas e colocando um conjunto de condições que consideravam indispensáveis para virem a tomar uma posição final. Isto é, tentaram contornar a lei, que claramente indica que (até 10 de Janeiro) a proposta “*deve fundamentar-se nas vantagens da adopção deste modelo de gestão e de enquadramento jurídico para o prosseguimento dos seus objectivos*” e que o pedido deveria ser acompanhado de “*um estudo acerca das implicações da transformação institucional sobre a organização, a gestão, o financiamento e a autonomia da instituição*”.

Noutros termos, disseram claramente que ainda nada tinham decidido!

Mas a política de progressiva privatização do Ensino Superior público tem outras vertentes que continuam a fazer-se sentir no dia-a-dia das instituições e a afectar também a carreira profissional dos seus docentes.

Na sequência do longo período de asfixia financeira que foi imposto ao sistema de Ensino Superior público, o ministro surgiu agora (qual salvador) empenhado em contribuir para o saneamento financeiro das instituições, obrigando-as a subscrever um draconiano “contrato de saneamento financeiro”, pretendendo que a responsabilidade da solução do problema é essencialmente das instituições.

As notícias que chegam das universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro, de Évora e do Algarve (entre outras) são extremamente preocupantes.



ANA ALVIM

Das fundações à falta de fundos

O que nos espera

O que o ministério está a exigir às instituições é um relatório com o conjunto de medidas a implementar num prazo de 2 a 3 anos, tendo em vista a recuperação económica e financeira. E esse relatório deve incluir, designadamente, uma planificação:

- para reorganização da oferta de ensino, incluindo a fusão e o encerramento de cursos;
- para redução do corpo docente e não-docente, de contenção de despesa com o pessoal, incluindo a não abertura de qualquer concurso enquanto durar o processo de recuperação económica e financeira, e a não substituição de pessoal que se aposente;
- para cessação, não renovação e redução da percentagem de tempo de contratos de docentes convidados, bem como do pessoal docente requisitado ao Ensino Secundário;
- para restrição à concessão de licenças sabáticas, equiparações a bolseiro e outras dispensas de serviço docente;
- para fusão e extinção de unidades e subunidades orgânicas, outras estruturas e serviços;
- para alienação de património que já não se revele necessário à actividade das universidades;
- para aumento de receitas próprias nomeadamente de propinas de formação inicial e de formação avançada, *overheads*, prestação de serviços à comunidade e outras.

O que o ministério pretende impor, assim, a várias instituições do Ensino Superior, são contratos de saneamento financeiro de cariz exclusivamente economicista, que vão implicar o despedimento de muitos docentes e a diminuição da qualidade do ensino e da investigação.

Isto é o que teremos pela frente, no sector público, nos tempos próximos, porque o privado não está nas preocupações do ministro. É esta política que temos de denunciar. É contra tudo isto que teremos de nos bater nos tempos mais próximos. ▶

Mário Carvalho,

*Direcção do SPN
(Instituto Superior
de Engenharia do Porto)*

DIRETOR: ANA MARCO
 Rua 200 - 13 andar - 04711-100
 São Paulo - SP - Brasil
 Telefone: (11) 3063-1000
 E-mail: spni@spni.org.br

spni
INFORMAÇÃO

**A farsa continua...
A luta também!**

GREVE: 20 a 24 Fev.
greve nacional de atividades de substituição e não planejamento de horário

DIRETOR: ANA MARCO
 Rua 200 - 13 andar - 04711-100
 São Paulo - SP - Brasil
 Telefone: (11) 3063-1000
 E-mail: spni@spni.org.br

Nã cidades cor de pãnela crede as mulheres estãem totalmente.

Na abstracão das informacões pelo pensamento.

Pãnelas que colocam cidades deuses e pãnelas deuses, dentro de cidades paradas.
 Que racham a lã de lã a lã e criam uma mãndãndã lã.

CIDADES

MUITAS HERES

spni
INFORMAÇÃO

paz_pão_habitacão_sãude_educacão

direito ao trabalho com direitos

spni
INFORMAÇÃO

spni
INFORMAÇÃO

Todas as crianças necessitam de professores respeitados e motivados

spni
INFORMAÇÃO

de fãrias com a luta na bagagem

spni
INFORMAÇÃO

... pero hay los que luchan toda la vida; esos son los imprescindibles!

5 outubro

spni
INFORMAÇÃO

Este rio não pode parar!

spni
INFORMAÇÃO

1982
2006

spni
INFORMAÇÃO

Natal com o 'estatuto do ME' no sapato...

spni
INFORMAÇÃO

a educacão estã de luto

spni
INFORMAÇÃO

spni
INFORMAÇÃO

a vez e a voz das mulheres

spni
INFORMAÇÃO

Manuela Mendonça por uma Fenprof forte e combativa

parar_mudar de rumo

spni
INFORMAÇÃO

spni
INFORMAÇÃO

Educacão: que futuro?



Plano de actividades SPN/2008

“O ano de 2008 registará uma actividade sindical necessariamente intensa, em função da ofensiva desencadeada sobre a Educação e os professores por parte do Governo de José Sócrates. Esta actividade deverá contemplar uma forte ligação entre a resistência às indignas medidas governamentais tomadas nos últimos tempos, e toda uma acção dirigida a revertê-las, a anular muitas delas e a retomar-se um caminho de diálogo positivo e de negociação consequente, mediante uma intervenção qualificada relativamente a novas áreas da política educativa que os actuais governantes têm em mira e que são extremamente relevantes na configuração do nosso sistema educativo.

Dois exemplos significativos situam-se nos domínios da Administração e Gestão das Escolas e da Lei de Bases do Sistema Educativo. Por esta ordem, e com o novo diploma sobre a gestão escolar a entrar no ano civil de 2008 já em regime de debate público, o Governo pretende encerrar aquilo a que chamam de ‘reforma da

Educação em Portugal’, que mais não é do que uma obstinada tentativa de implosão do sistema educativo português nascido com a Revolução de Abril. A própria Lei de Bases, que deveria ser entendida como a trave-mestra de qualquer reforma que, mal ou bem, se entendesse fazer no domínio educativo, está atirada para o fim do processo, ou seja, exactamente ao contrário do que deveria ser, qual cereja no topo do bolo, a culminar uma estratégia de divisão artificial de matérias conexas e de uma enorme mistificação sobre os verdadeiros motivos que movem os actuais ocupantes do poder.

Um desafio claro que se coloca ao Sindicato dos Professores do Norte (SPN), como a todo o movimento sindical docente, é conseguir esclarecer os educadores/professores, inverter algum imobilismo que possa existir e dirigi-lo para uma atitude interveniente e de acção, projectar a sua mais do que justa indignação numa mais do que evidente necessidade de acção permanente, dentro de um princípio de que as medidas já impostas não podem ter vida larga, tão lesivas são para todos os que dão corpo à Educação neste país.

Como tal, importa fazer passar a mensagem de que há ligação mesmo onde ela esteja dissimulada, de que os diplomas importantes com que nos iremos confrontar nos próximos tempos obedecem a uma mesma lógica, perseguem os mesmos objectivos, que, por exemplo, o facto de se impor primeiro um Estatuto de Carreira que subverte a função docente joga no mesmo plano de uma ideia de gestão de



HENRIQUE BORGES

escolas que visa a obediência cega, o controlo férreo, a progressiva proletarização dos professores e educadores portugueses.

Só compreendendo isto estaremos em condições de fazer das próximas lutas processos não só de resistência, como também, e fundamentalmente, caminhos de inversão da ofensiva destrutiva que nos últimos anos se vem abatendo sobre a Educação e os educadores/professores”.

Por um sindicalismo de amplo espectro

Os sócios do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) aprovaram em Assembleia-Geral, expressamente convocada para o efeito, e que decorreu de forma descentralizada em todas as áreas sindicais, o plano de actividades e o orçamento para 2008. No parecer que emitiu, o Conselho Fiscal e de Jurisdição considera o orçamento “equilibrado e adaptado ao plano de actividades” e “realça e enaltece a gestão rigorosa do Departamento de Gestão Financeira”.

“A actividade central a desenvolver pelo SPN terá que ser aquela que está na sua génese e na sua forma de viver e agir – uma constante preocupação com a dinamização de espaços de discussão, com os contactos ao nível de escola, com uma frequência de reuniões sindicais, a vários níveis, alta e permanente, e com uma inteligente predisposição para as lutas que haverá que travar.

A actividade normal do Sindicato, estruturada numa lógica organizativa assente nos vários Departamentos e Direcções de Área Sindical, continuará a desenvolver-se nos moldes já conhecidos, com as correcções que a cada momento se revelem necessárias, e, como tal, o próprio Orçamento destacará para este fim as dotações consideradas necessárias.

Eventualmente, haverá necessidade de encontrarmos respostas a uma perspectiva do Ministério da Educação de diminuir drasticamente a capacidade de trabalho das organizações sindicais, pela diminuição do número de dirigentes a libertar para a actividade sindical, que poderá provocar a necessidade de ajustamento na atribuição de cargos e responsabilidades dentro do SPN, mas que, seguramente, não sufocará e muito menos apagará a voz dos educadores e professores do Norte, organizados em torno de um projecto que acaba de completar 25 anos.

Durante este ano, e de forma diluída no tempo, como vem sendo prática nos últimos anos, realizaremos as Jornadas Pedagógicas com grandes preocupações na sua descentralização pelas 15 Áreas Sindicais em que nos organizamos e em encontrar temas que, pela via da formação, acrescentem argumentos ao nosso saber profissional e à visão crítica e propositiva do sistema educativo em que nos movimentamos.

As Jornadas Sindicais – fórmula encontrada há vários anos para preparar, em termos organizativos, o conjunto de dirigentes para cada ano lectivo e para as principais incidências a nível político que se perspectivam – continuarão a ser objecto de preocupação por parte da Direcção.

Uma intervenção consequente e ajustada às condições concretas que prevemos em cada orçamento anual, será dirigida às actividades em torno da defesa da paz, da cooperação com outros trabalhadores e outros povos, da solidariedade, das lutas pela igualdade de direitos, contra o racismo e a xenofobia, procurando olhar ainda com mais atenção para os problemas ligados às novas comunidades imigrantes e à sua inserção no sistema de ensino em Portugal. Ao Departamento da Educação para o Desenvolvimento caberá a intervenção organizada nesta área.

A actividade cultural continuará a ter, também, um enquadramento ajustado à inserção deste plano de trabalho na actividade do SPN, procurando-se um registo que, não sendo prioritário, se incorpore numa perspectiva de espectro amplo de preocupações que motivam a nossa actividade global e se enquadrem no sindicalismo que perfilhamos desde a fundação”.

Receitas menores não prejudicam acção sindical

“2008 é, também, ano de eleições para os Corpos Gerentes do SPN. Eleições encaradas com a normalidade de um acto democrático que realizamos, cumprindo os actuais Estatutos, de três em três anos. Desta normalidade decorrerá um processo eleitoral em que se abrem, como sempre, possibilidades de confronto de ideias e de projectos, de renovação de quadros sindicais, de valorização de participações na actividade sindical realizadas noutros contextos e com outros enquadramentos, enfim, da vitalidade democrática própria de uma organização com a importância e o prestígio do Sindicato dos Professores do Norte. As eleições ocorrerão no dia 13 de Maio e para elas serão canalizadas verbas orçamentais ajustadas a um processo com esta importância e dignidade.

Tudo isto faz parte da proposta de Orçamento que acompanha o Plano de Actividades, registada numa perspectiva global de previsão de menores receitas do que no ano anterior, fruto de um momento em que os movimentos de associados reflectem alguma retracção de quotizações – que não em número de sindicalizados –, resultante da estagnação de salários que se vem registando e da diferença entre o valor da quota de quem sai em escalão alto e quem entra em escalão mais baixo. Salienta-se, contudo, que o Orçamento apresentado aos associados não contempla qualquer diminuição na verba atribuída à acção sindical”.

Orçamento SPN / 2008

CONTA	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO
911	CUSTOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA	1.429.000,00
9911	Encargos Salariais	955.000,00
9912	Honorários	150.000,00
9913	Instalações	111.000,00
99131	Encargos diversos	
99132	Obras e reparações	
9914	Comunicações	110.000,00
99141	Telefones / Fax	
99142	Telemóveis	
99143	Internet	
99144	Listas telefónicas / Assinaturas	
99145	TV Cabo	
9915	Despesas Bancárias	30.000,00
9916	Reparações e Assistências Técnicas	19.000,00
99161	Viaturas	
99162	Viaturas Dirigentes	
99163	Outro Equipamento	
9917	Outros Custos de Funcionamento	54.000,00
99173	Material de Escritório	5.000,00
99175	Garagem / Estacionamentos	43.000,00
99176	Serviços Informáticos	5.400,00
99179	Diversos	600,00
9918	Seguros	27.500,00
992	QUOTIZAÇÕES	527.621,00
9921	Fenprof	311.000,00
9922	CTQTC	11.000,00
9923	UPP	1.200,00
9924	IIL	0,00
9925	CNASTI / ATTAC	500,00
9926	CGTP-IN	145.658,50
9927	União de Sindicatos	58.263,00
993	INICIATIVAS CONJUNTAS / SOLIDARIEDADE	34.500,00
9931	Frente Comum	2.000,00
9932	CGTP-IN	27.500,00
9938	CPQTC	1.000,00
9939	Iniciativas de Solidariedade	4.000,00
994	INVESTIMENTOS	91.000,00
9941	Equipamentos	20.000,00
9942	Sedes	71.000,00
995	ACTIVIDADE SINDICAL	735.782,00
9951	Funcionamento de Estrutura / Direcção	37.500,00
99511	Despesas de Coordenação	5.000,00
99512	Comissão Executiva / Plenário de Dirigentes	16.000,00
99515	Conselho Fiscal e de Jurisdição	500,00
99518	Despesas de Representação	5.000,00
99519	Corpos Gerentes	11.000,00

CONTA	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO
9952	DEPARTAMENTOS	609.482,93
995212	Apoio aos Sócios	135.000,00
99521211	Seguro de Grupo	100.000,00
99521212	Outras Regalias	12.000,00
9952122	Contencioso	23.000,00
995213	Educação para o Desenvolvimento	7.282,00
995214	Aposentados	5.000,00
9952215	Gestão e Avaliação	6.000,00
9952216	Formação	12.000,00
9952217	Organização Sindical	60.000,00
9952218	Informação	144.000,00
995221831	Informação Sindical	59.000,00
995221835	Expedição	50.000,00
995221836	Outros Custos de Informação	35.000,00
9952219	Educação Básica	10.000,00
9952220	Ensino Secundário / Profissional	1.000,00
9952222	Ensino Particular e Cooperativo	9.000,00
9952223	Ensino Superior	3.000,00
9952224	Educação ao Longo da Vida / Recorrente	1.000,00
995225	MEIOS DE INFORMAÇÃO	221.200,00
9952251	SPN Informação	100.000,00
9952252	A Página da Educação	120.000,00
9952253	www.spn.pt	1.200,00
9953	ÁREAS SINDICAIS	88.800,00
995311	Santa Maria da Feira	6.400,00
995312	São João da Madeira	6.500,00
995313	Braga	8.500,00
995314	Guimarães	3.500,00
995315	Vila Nova de Famalicão	6.500,00
995316	Bragança	6.000,00
995317	Mirandela	3.000,00
995318	Porto	20.000,00
995319	Póvoa de Varzim	4.000,00
995320	Amarante	7.500,00
995321	Penafiel	2.000,00
995322	Viana do Castelo	3.000,00
995323	Monção	2.400,00
995324	Vila Real	5.000,00
995325	Chaves	4.500,00
	Dívidas a Terceiros	200.000,00
	TOTAL DE CUSTOS	3.017.904,00
9954	RECEITAS DE QUOTIZAÇÃO	2.913.170,00
	Dívidas de Terceiros	123.500,00
	TOTAL DE RECEITAS	3.036.670,00

Sindicato dos Professores do Norte CONVOCATÓRIA

Assembleia-Geral de Sócios / 11 de Março de 2008, 16h30

De acordo com os Estatutos do SPN, convoco a Assembleia-Geral de Sócios para o dia 11 de Março de 2008, às 16h30, a funcionar descentralizadamente na Sede do SPN e nas sedes de todas as Áreas Sindicais, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas de 2007
2. Análise da situação político-sindical

Porto, 7 de Fevereiro de 2008
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral
Maria Ruth Rodrigues

Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia-Geral realizar-se-á meia hora mais tarde, com qualquer número de presentes.

CGTP em congresso

Manuel Carvalho da Silva manifestou disponibilidade para cumprir mais um mandato como secretário-geral da CGTP.

Cabe, no entanto, aos 147 membros do Conselho Nacional – cuja lista será divulgada e aprovada em congresso – eleger os 29 elementos da Comissão Executiva, que por sua vez escolherão o secretário-geral a propor para eleição no Conselho Nacional. Não constituindo um órgão unipessoal, o secretário-geral coordenará a Comissão Executiva.



“Emprego, Justa Distribuição da Riqueza” e “Mais Força aos Sindicatos” são os lemas do XI Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN).

A maior organização social portuguesa tem vindo a ganhar cada vez mais credibilidade, tanto no país como no estrangeiro, não apenas fruto da qualidade e da persistência na defesa dos trabalhadores, mas também da capacidade de reflectir e apresentar propostas, não se limitando a uma postura meramente reactiva. É nesta perspectiva que o congresso (15/16 de Fevereiro) vai debater e aprovar o programa de acção que norteará a intervenção da central sindical durante os próximos 4 anos.

No quadro de uma globalização de cariz neoliberal que procura impor-se como solução única para o devir da humanidade, os interesses hegemónicos do capital financeiro e das multinacionais têm vindo a originar graves desequilíbrios e contradições no desenvolvimento entre países, a par de um forte agravamento das injustiças e desigualdades sociais e da generalização de um clima de insegurança, com uma escalada de ameaças à paz em diversas regiões do mundo.

Portugal não é excepção. Devido a atrasos estruturais e fragilidades da economia, no nosso país acentuam-se ainda mais as implicações dessas políticas, que têm vindo a ser prosseguidas por sucessivos governos – nos últimos anos, tem-se alargado o fosso que separa o nosso nível de vida do da média europeia; a economia cresce menos de metade do que a média europeia; somos o país onde o desemprego mais cresce, onde é mais acentuado o aumento da precariedade e onde a exclusão social e as desigualdades são as mais elevadas da União Europeia. A ofensiva contra os trabalhadores, do sector privado e do sector público, tem-se desenvolvido numa acção convergente do patronato e do poder político. Tal ofensiva, que afecta os direitos individuais, tem o centro de gravidade nos direitos colectivos, sendo já sentidas as restrições, directas e indirectas, ao livre exercício da actividade sindical. O Código do Trabalho tem vindo a assumir um papel preponderante neste processo. Insatisfeitos, patronato e Governo querem impor a sua revisão, centrada na *flexigurança*, de modo a tornarem ainda mais fáceis os despedimentos e a precarização, ao mesmo tempo que reduzem as retribuições do trabalho.



Este quadro exige uma CGTP cada vez mais forte. E o seu reforço implica, necessariamente, uma postura de autonomia e da maior independência – seja em relação aos governos, seja em relação aos partidos políticos – que lhe permita manter e alargar a sua base unitária, para poder responder aos desafios de um futuro que é de todos. Futuro que obriga à solidariedade entre gerações e a um sindicalismo solidário, sem exclusões, capaz de integrar de forma aberta e franca o contributo e a disponibilidade de todos. Esta solidariedade deverá estender-se a outros grupos e organizações profissionais, nacionais ou internacionais, como forma de responder globalmente à ofensiva com que todos nos confrontamos.

É esta forma de sentir e viver que leva o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) a assumir orgulhosamente a condição de membro da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e da CGTP-IN e o relacionamento fraterno com organizações profissionais e sindicais de todo o mundo. ▀

Henrique Borges,

Direcção do SPN



ANA ALVIM



A iniciativa pertenceu à Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH), da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN), e decorreu sob o lema “Flexigurança: mais precariedades e discriminação, não!”.

O encontro, que juntou mais de duas centenas de participantes, de todas as regiões do país, e incluindo representantes do Sindicato dos Professores do Norte (SPN e dos restantes sindicatos da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), registou um vasto conjunto de intervenções, abordando temas como a revisão da legislação laboral e as suas consequências para as mulheres trabalhadoras e famílias; os objectivos, as estratégias e as medidas do Governo quanto a planos de igualdade e políticas de emprego; as políticas sociais de apoio à família; o mercado de trabalho e o emprego feminino, entre outras questões de actualidade. O debate foi enriquecido pela comunicação de Jorge Leite, professor de Direito do Trabalho.

É possível ganhar o futuro

Na intervenção de abertura, o secretário-geral da CGTP-IN sublinhou a importância deste debate a escassas semanas da realização do XI Congresso da central sindical e alertou para as consequências das políticas governamentais e das propostas da Comissão do Livro Branco das Relações Laborais

(nomeada pelo Governo) com vista à revisão do Código do Trabalho. Para Carvalho da Silva, o cenário está definido: perpetuar um modelo assente em baixos salários, baixas qualificações e cada vez menos direitos laborais e sociais.

Vários dirigentes sindicais apresentaram reflexões e deixaram alertas oportunos, nomeadamente a propósito das novas discriminações contra as mulheres, no âmbito das políticas neoliberais, que pretendem institucionalizar o conceito de flexigurança como elemento estruturante das relações de trabalho, viabilizando um quadro de enfraquecimento ou anulação do direito do trabalho e de enfraquecimento da negociação colectiva.

Do encontro ressaltou a convicção de que, num contexto de desvalorização e fragilização dos direitos dos trabalhadores, e dos direitos de cidadania em geral, os direitos das mulheres e a concretização da igualdade de tratamento e de oportunidades não poderão progredir nem ser valorizados.

Mas desta oportuna iniciativa sindical sobressaiu, também, a certeza de que é possível ganhar o futuro. Para isso é necessário reforçar a acção contra o trabalho precário. Em unidade e com grande determinação, envolvendo e mobilizando os portugueses e as portuguesas. ▀

José Paulo Oliveira,
jornalista

CGTP promove seminário sobre flexigurança

Mais precariedade e discriminação, não!

Defender o emprego e os direitos, garantindo a igualdade de oportunidades; efectivar a articulação entre trabalho e vida pessoal e familiar – um problema de mulheres e homens, uma responsabilidade das empresas e do Estado; eleger comissões de igualdade nos sindicatos e nos locais de trabalho e aumentar a participação das mulheres nas direcções e na acção sindical. Estes foram alguns dos desafios em destaque no seminário sobre flexigurança e a situação das mulheres, realizado pela CGTP-IN no dia 18 de Janeiro.

Conferência
de Manuel Carvalho da Silva

A globalização e os desafios ao sindicalismo

Uma forte afirmação desta constatação/possibilidade parece-nos indispensável para se produzirem e credibilizarem formas de acção individual e, acima de tudo, colectiva, com o objectivo de se forçar uma transformação social com mudanças profundas. Mas como alguns dos pressupostos necessários à plena concretização desses objectivos reformistas não têm confirmação, então, sem menosprezar contributos dessa via reformista, há que convocar também caminhos de confronto e ruptura.

Tomemos de partida uma afirmação sobre questões do sindicalismo, para nos situarmos quanto à necessidade de reformas e de rupturas – os problemas com que os trabalhadores e os seus sindicatos se deparam têm dimensões sócio-profissionais, laborais e sociais concretas, mas muitas das soluções, para eles, já não serão alcançadas sem intervenção e mudança profunda no plano das grandes opções políticas, tomadas não apenas ao nível nacional, mas também regional e mundial.

A todos os que, coerentemente, querem ser de esquerda e agir pela esquerda, impõe-se, pois, a necessidade de darem atenção e valorizarem o trabalho e as causas do sindicalismo, e colocarem na sua agenda política rupturas com as dinâmicas e caminhos dominantes que marcam os processos e as opções fundamentais da actual globalização. Mas há hoje um esvaziamento do significado da afirmação de ser de esquerda, por duas razões fundamentais:

- a *desideologização* é um vírus em propagação perigosa;
- as práticas de muita gente que se diz de esquerda submetem-se de forma acrítica e pouco digna à inevitabilidade de gerir o neoliberalismo.

Acresce, ainda, o problema de forças que convicta e generosamente agem à esquerda, também estarem desafiadas a rever algumas das suas práticas. Estamos assim convocados a, com humildade, mas com muita determinação, procurar respostas e combater este estado das coisas.

Centralidade do trabalho

O trabalho é importante como factor de produção; como actividade socialmente útil e factor essencial de socialização; enquanto expressão de qualificações; como fonte de emanação de direitos sociais e de cidadania; como direito universal, fonte e espaço de dignidade e valorização humana; como condição de acesso aos padrões de consumo e aos estilos de vida; como actividade humana que se adapta e valoriza numa sociedade crescentemente chamada a cuidar do ambiente e dos valores ecológicos.

Mas o trabalho também pode ser factor de alienação económica, ideológico-política e até religiosa. +

Observando de forma racional e simples a sociedade e os factos que a marcam, e admitindo que se conseguiria uma estruturação e funcionamento das instituições identificadas com os interesses dos diversos povos e países, seríamos conduzidos a afirmar que, com os meios económicos, tecnológicos, científicos e culturais existentes, se podia resolver os problemas essenciais dos seres humanos, construir patamares de vida mais elevados para biliões de indivíduos que vivem com carências gritantes e produzir alterações positivas na qualidade de vida da generalidade dos cidadãos.



Se assumirmos esta centralidade do trabalho, e logo a valorização do trabalho ao serviço de indicadores de desenvolvimento humano, só precisamos de reclamar a utilização de uma pequena parte da riqueza existente, ou que é possível produzir, para se poderem criar milhões e milhões de empregos dignos e altamente úteis a toda a sociedade. Um movimento sindical que cumpra os seus objectivos históricos e as forças sociais e políticas que queiram efectivamente ser esquerda têm de tomar em mãos estas leituras da sociedade e estes desafios.

Aos sindicatos impõe-se trabalhar essas componentes amplas da centralidade do trabalho, procurando valorizá-lo pela acção própria – que não deve diluir-se ou descaracterizar-se – e pela acção articulada que têm de desenvolver com muitos outros movimentos sociais. Alguns deles movem-se por causas inerentes a muitas destas componentes da centralidade do trabalho e outros combatem as dimensões da globalização em curso, que tornam o sistema injusto, violento, anti-ético e limitador dos horizontes da humanidade.



ISTO É

O Estado deve garantir a coesão social

Sabemos que em nenhum sistema político existiram instituições perfeitas, no sentido de servirem os objectivos de todos os indivíduos, de todos os grupos, de todas as classes sociais. Entretanto, na actual fase do sistema capitalista – que incorpora importantes avanços conquistados pela sociedade em diversos campos, mas está muito marcada pelo aumento desmedido do jogo monetarista e de influência do poder financeiro, com crescente usurpação de funções ao poder político – desequilibram-se, de forma acentuada, as relações de poder inerentes à estruturação e funcionamento de importantes instituições mundiais, nacionais, regionais e locais, afectando a sua credibilidade e tornando-as mais debilitadas na sua acção.

É isto que acontece com a Organização das Nações Unidas e as suas estruturas e organismos; com instituições e organismos políticos e económicos, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), ou sócio-políticos, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT); com a União Europeia (UE) ou outros blocos regionais; com o Estado e o papel da Administração Pública Central e Local; mas também com importantes instituições de reprodução social como, por exemplo, a Escola. As exigências para a reformulação e a credibilização de todas estas instituições, a partir de processos que correspondam aos anseios políticos, culturais, económicos e sociais dos povos, devem constituir uma das reivindicações e causas de intervenção primordiais de múltiplos actores sociais e, desde logo, dos sindicatos.

Entretanto, na actual fase, os caminhos do desenvolvimento impõem-nos, como podemos observar face à situação portuguesa, um fortíssimo combate pela valorização das actividades não especulativas e, em particular, do sector produtivo. Trata-se de um combate difícil, pois algumas das orientações estratégicas do capital produtivo mostram que este procura seguir no rasto do capital financeiro (que se auto-dispensou de contribuir para os orçamentos de Estado), transformando esse seu objectivo na causa de crises nas empresas, provocando deslocalizações, instabilidades e inseguranças no emprego, precariedades múltiplas, desemprego, desestruturação das condições de base dos sistemas de segurança e protecção sociais, ou seja, do Estado Social. E quantas vezes os governos (veja-se o comportamento dos nossos) sancionam todas estas chantagens, alcinhando-as de mudanças inevitáveis, e de “frutos da modernização”?

Papel do Estado continua insubstituível

O princípio da responsabilidade social colectiva – que marcou positivamente a evolução das condições de vida dos trabalhadores e dos povos europeus, sustentando o desenvolvimento do Estado-Providência – está afectado pelo desinvestimento do Estado na salvaguarda da justiça social, debaixo de um argumentário doutrinário que toma as diferenças resultantes dos distintos processos de socialização como fundamento desestruturador da afirmação da igualdade. Reafirmamos que o Estado, sujeito a reajustamentos que convocam profundo e sério debate político e ideológico, continua a surgir como garantia última de combate eficaz às múltiplas desigualdades que nos afligem, de construção de dimensões de coesão, e é nele que se referencia a mais forte possibilidade de (re)construção de solidariedades.



Um sindicalismo transformador tem de colocar claro que não é possível manter, reformular ou desenvolver o Estado Social, assim como não é possível uma regulação e regulamentação das relações de trabalho que seja coerente, solidária e justa, numa sociedade que se enquadre no ressuscitar de velhas e reaccionárias catalogações dos indivíduos que, de forma simplista e simultaneamente violenta, nos dividem entre capazes e incapazes, competentes e incompetentes, frugais e perdulários, preguiçosos e diligentes. Quantas vezes assistimos já a discursos do actual Governo e do primeiro-ministro que se integram absolutamente neste argumentário típico de governação neoliberal e do falso pragmatismo do fundamentalismo económico (economicista) e financeiro? O papel do Estado no que se refere à definição e enquadramento da divisão social do trabalho, e à sua estruturação, regulação e regulamentação, continua, no fundamental, insubstituível. Contudo, aumentou a importância da existência de compromissos e normas mínimas definidas a nível dos blocos de Estados como a UE e em organismos supranacionais, em que se definem as políticas económicas, sócio-económicas e sócio-políticas. Neste particular, é indispensável – como o movimento sindical reclama – a normalização de direitos mínimos estabelecidos a nível da OIT, visando os objectivos do trabalho digno e da igualdade de tratamento entre todos os indivíduos no trabalho.

Acção sindical sem fronteiras

A UE, ao admitir competir nos mercados internacionais na base de mercados de trabalho fortemente desregulamentados e no enfraquecimento dos seus sistemas sociais, para além de se descaracterizar enquanto modelo civilizacional e pólo alternativo no contexto global, gera perigosas rupturas de solidariedades, promove a harmonização social no retrocesso, enfraquece a luta social e política pelo desenvolvimento noutras regiões do Mundo e poderá fazer germinar, com perigosos impactos, ideias apelativas à sua desintegração. Para travar este caminho, exige-se informação, mobilização e luta dos trabalhadores e dos sindicatos europeus.

O quadro global em que vivemos apresenta-nos situações de sentidos diversos face a diferentes dinâmicas de desenvolvimento. Há muitos milhões de seres humanos que estão a usufruir, pela primeira vez, de trabalho remunerado (em geral mal pago), o que significa para eles uma grande e, em geral, positiva mudança. Os sindicatos estão a ser chamados a um enorme esforço para não permitirem a degradação de direitos nos países mais desenvolvidos – opção de que não podem abdicar –, ao mesmo tempo que lhes é exigida uma luta intensa contra a “exploração desmedida” noutros países ou regiões. Tornou-se, assim, talvez, mais complexa, mas também mais necessária, a coordenação e articulação da acção sindical para além das fronteiras dos países. +



ISTO É

É tempo de “novos” sindicatos

O movimento sindical depara-se com grandes obstáculos, com quebras de representatividade e de capacidade de acção, no geral e em Portugal, mas continua a ser actor necessário e transformador a nível local, nacional, europeu e mundial. Os sindicatos têm representação e influência social ímpares, apoio significativo dos cidadãos e das organizações sociais e políticas, e têm espaço institucional conquistado; produzem análises credibilizadas ao nível micro e macro; têm capacidade de transmitir mensagem e de constituir mobilização e acção; têm implantação vertical e horizontal na sociedade, factores decisivos para responder a problemas fundamentais da sociedade actual; influenciam o sentido das estratégias e opções organizacionais; e a sua acção contribui inquestionavelmente para a melhoria das condições de trabalho e de vida, para a afirmação de direitos sociais e de cidadania, para a construção e revitalização da democracia, para o desenvolvimento sustentado em todas as escalas.

Os sindicatos dos países membros da UE e a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), onde nos integramos, têm sido, para o bem e para o mal, uma âncora social e construtores de impulsos do projecto de União Europeia ao longo dos 50 anos do seu percurso, sendo pois inadmissível a desatenção ou atitude de distanciamento que forças políticas sociais-democratas, e algumas outras de esquerda, assumem perante o sindicalismo. Por seu lado, nem sempre os sindicatos europeus (com projectos diferenciados), e em particular a CES, têm conseguido ser uma consciência crítica activa, raramente agem por antecipação, e têm dificuldades em influenciar as opções macroeconómicas.



ISTO É

Os sindicatos, ao mesmo tempo que têm de procurar colmatar estes défices e aumentar a sua capacidade de luta, estão também, inevitavelmente, em pleno processo de profundas mudanças, que implicam reanálise e revitalização dos seus projectos conceptuais, alterações estruturais, organizacionais, de métodos e de práticas de trabalho e um grande desafio de formação, nomeadamente política e ideológica, dos dirigentes e activistas sindicais.

Os sindicatos têm de vencer as dificuldades de construção da acção colectiva resultantes das precariedades e inseguranças no trabalho; do individualismo institucionalizado; da manipulação de conceitos; de um consumismo alienante; de uma espiral regressiva de mercados de trabalho; de dificuldades crescentes nas relações intergeracionais; da ausência de propostas políticas alternativas, que seriam geradoras de esperanças e de novas dinâmicas sociais; da debilidade na apresentação de propostas transversais para os conjuntos de trabalhadores; do seu distanciamento face a problemas concretos do espaço de trabalho de cada trabalhador, em resultado de ataques ao sindicalismo e da não progressão nos métodos de trabalho na base.

CSI: projecto unitário, mas ainda com problemas

Considero que, do ponto de vista conceptual, a Confederação Sindical Internacional (CSI) surgiu – no contexto de diversas motivações políticas e sindicais – como uma organização para corresponder ao interesse geral dos trabalhadores no Mundo, além de encerrar a virtude da retoma de “ferramentas” abrangentes e unitárias, capazes de gerar conquistas e avanços de significativo alcance, quer no espaço de acção, quer no tempo.

Subsistem, contudo, alguns problemas que impedem, até agora, a confirmação do desenvolvimento harmonioso desta importante realização que foi a construção da CSI e que, do nosso ponto de vista, precisam de ser superados. Em primeiro lugar, uma predominância de ideias e posicionamentos conservadores de um significativo número de confederações filiadas, que contrariam o objectivo unanimemente assumido de ser, à escala global, o instrumento com que os trabalhadores e os seus dirigentes sindicais podem agir por uma

globalização solidária, diferente da neoliberal que hoje impera. Em segundo lugar, não podem persistir estilos e métodos de trabalho mais próprios da Guerra Fria, incompatíveis com a realidade actual e com a nova configuração abrangente e unitária que a CSI assumiu corporizar desde a sua criação, e que pode e deve alargar-se.

Estou certo que Guy Ryder [*secretário-geral da CSI*] e outros sindicalistas experimentados estão atentos a estes défices e à necessidade de dar atenção à evolução de todas as outras componentes do movimento sindical, tendo sempre presente o valor insubstituível da acção para dar sentido e potenciar a unidade.



Atenção acrescida à flexigurança

As últimas notas são para afirmar que o sindicalismo reivindicativo e proponente, com forte sentido de classe, que aqui defendi, não pode abdicar da sua velha conquista de intervenção na regulação e regulamentação do trabalho. A contratação colectiva não pode transformar-se em mera cartilha de compromissos dos trabalhadores para com os objectivos económico-financeiros dos accionistas das empresas, submetendo ao objectivo do lucro a dimensão social, cultural e política do trabalho.

Não é verdadeiro o pressuposto liberal de que o trabalhador, individualmente considerado, está, no estabelecimento da relação laboral, em pé de igualdade com o poder do patrão, do gestor ou do grande accionista de qualquer multinacional. E há que colocar claro que a desregulação ou não-regulação que o neoliberalismo pretende impor é uma forma de regulação unilateral e violenta, imposta pelos mercados, pelas empresas, pelas políticas neoliberais dos governos.

O movimento sindical não pode deixar-se manietar por construções conciliatórias, suportadas em relações de forças desequilibradas em desfavor dos trabalhadores, e em novos conceitos manipulados, como o da flexigurança, criados sob o alegado determinismo económico. Esse conceito é resultante de uma experiência em sociedades desenvolvidas, com grandes equilíbrios entre o económico e o social, com grande rigor e responsabilização individual e colectiva, e será perigoso alimentar a ilusão da sua aplicabilidade, de forma universal, a sociedades com condições sociais, económicas, culturais e políticas profundamente diferenciadas e em diferentes patamares de desenvolvimento.

A discussão em que estamos inevitavelmente envolvidos em torno dos mecanismos de segurança e das flexibilidades não pode conduzir à institucionalização leviana do conceito de flexigurança como elemento estruturante das relações de trabalho, viabilizando um quadro de enfraquecimento ou anulação do Direito do Trabalho e de enfraquecimento da negociação colectiva. Mas é esta opção que se perspectiva em Portugal, no conteúdo do Livro Branco das Relações Laborais – o movimento sindical, as forças progressistas, e a própria OIT, devem dar uma atenção acrescida a estes debates. ▶

NOTA: O conjunto de textos distribuídos nestas páginas é uma adaptação da conferência proferida por Manuel Carvalho da Silva no âmbito do seminário que a Fundação Mário Soares organizou, em Janeiro, sobre “Os Desafios do Desenvolvimento: as dinâmicas sociais e o sindicalismo”. O secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN) participou no painel “Sindicalismo em Tempo de Globalização”, com João Proença (secretário-geral da UGT) e Guy Ryder (secretário-geral da CSI). A conferência de Carvalho da Silva intitulava-se “Um olhar sobre a globalização e os desafios ao sindicalismo” – os títulos e subtítulos aqui utilizados são da responsabilidade da «SPN-Informação».



Fui um mau aluno e um bom professor (parte 1)

Enquanto aluno... Gordinho e coradinho

Filho de ladrilhador e de bordadeira, a residir em Campo de Ourique, foi-me destinada a Escola Primária nº 7, partilhada pelas crianças do bairro e pelos meninos endiabrados do Casal Ventoso.

No primeiro dia, ainda consegui suster o almoço. Depois, o almoço era vazado em alguma das ruas do trilho até à escola. Um professor austero, com verruga, com uma régua pesada e a terrível mania de se descalçar e colocar as meias brancas em cima da secretária – não recordo se o olfacto tinha algum impacto na aula –, foi o meu primeiro contacto com a escola.

Como era um menino mimado, rapidamente fui intrujado pelos colegas mais agressivos do Casal Ventoso, que (quase) todos os dias me obrigavam a roubar em casa uma nota de 20 escudos, para não sentir a lâmina entrar na minha barriguinha.

Depois de quatro anos terríveis e de nunca ter trepado o muro que separava a escola dos meninos das meninas, a minha mãe inscreveu-me na Escola Preparatória Manuel da Maia. Foi lá que, pela primeira vez, fui confrontado com o meu aspecto físico: gordinho e coradinho.

Foi no Ciclo que consegui insurgir-me pela primeira vez contra os professores, mas apenas verbalmente. E no futebol escolar, cheguei a ser guarda-redes – até ter deixado entrar a terceira bola. A partir daí, fiquei sempre no banco.

Do que mais me lembro da passagem pelo Ciclo?

Das aulas chatas de Canto Coral e de um concerto com o maestro José Atalaya – o meu primeiro contacto com a música clássica. Devo-lhe, passados 25 anos, o facto de ter criado “*O Jazz Vai à Escola*” [aproveito para agradecer à direcção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) por ter apoiado o meu projecto e o termos levado às principais escolas do Norte do país].

Voltemos ao concerto. Lembro-me de ser um concerto do Tchaikovsky. E, como miúdo atento, lembro-me do final típico à Tchaikovsky, rápido e empolgante: dois dos violoncelistas mais velhos, com óculos verde-garrafa, ficaram com o arco imobilizado, enquanto os colegas movimentavam o braço de tal forma frenética que pareciam êmbolos de máquinas industriais. Até hoje acredito que os dois tinham adormecido...

Acabados os dois anos do Ciclo, quando eu pensava que ia entrar para o Liceu Pedro Nunes, limitei-me a vê-lo através do muro da Escola Industrial Machado de Castro. E lá se foram os meus sonhos de poder estudar Filosofia, Língua Portuguesa e Inglês.

Na Escola Industrial, o Inglês e o Francês alternavam anualmente, o que me ajudou a sair iletrado nas duas línguas.

Como trabalhava nas obras, o meu pai tinha como propósito formar-me em Agente Técnico, uma espécie de Engenheiro Civil. Mas o horário rigoroso da escola, das 8h30 às 18h00, e o aborrecimento das disciplinas (Desenho Técnico, Mecanotecnia, aulas práticas de Metalurgia...) forçaram-me a desistir.

Sei que persisti durante um ano a limar um cubo de ferro que sempre deixava passar a luz pelo esquadro metálico do professor. Foi durante esse tempo que um dia me arremeti a um professor – e ainda tenho o vestígio na mão, já que ele se escudou com uma grossa lima de ferro.

No último ano, o 7º, chumbei pela primeira vez (em Química) e fui obrigado a cumprir mais um ano com os H2Os. Depois ainda tentei os cursos televisivos... propedêuticos...

Mas a minha televisão foi substituída pela música, e acabou-se a função de aluno.

[Em próximo artigo falarei da minha experiência como professor. De Música, claro!!!] ▶

António Ferro,

músico



Há dias e dias

IR

Há dias em que tudo parece um pouco mais esquisito. Há dias em que as cores variam. Há dias em que a luz do sol não penetra a atmosfera com tanta facilidade. Há dias em que tudo o que me rodeia é semelhante a um nada. Há dias em que os desenhos ficam tortos; no entanto, parecem perfeitos no dia a seguir. Há dias em que rio. Há dias em que choro. Há dias em que a lua está cheia; porém, há outros em que a sua cor não se distingue do azul escuro do céu.

Afinal, há dias e dias... Mas eu nunca deixo de ser eu.

O sol continua a brilhar lá no céu. Os desenhos podem não ser todos iguais, mas a arte e a inspiração estão lá. Os textos que escrevo podem nem sempre ser bonitos, mas eu continuo a escrevê-los. E depois de todas as confusões dos meus dias vejo que tu sempre estiveste lá, para me ajudar a tornar o dia um pouco melhor. Sem ti, os dias seriam apenas dias... E contigo, o que serão? Continuam a ser dias, sim, mas com *aquela* sabor especial.

Obrigada, meu Dia! ▶

Ana Pereira

NARRATIVAS pretende ser um espaço de expressão pessoal e criativa para os leitores da «SPN-Informação», professores ou não. Por norma, os textos – a enviar por correio postal para a Redacção da revista ou para spninfo@spn.pt, sempre com a indicação de um contacto telefónico e da menção “para publicação em Narrativas” – não deverão exceder 2.500 caracteres (eventualmente, poderão ser aceites fotografias e realizações plásticas ou outras). Os autores poderão preservar a sua identidade, solicitando a utilização de pseudónimo. A autenticidade da autoria dos trabalhos enviados é da exclusiva responsabilidade dos remetentes, reservando-se a «SPN-Informação» o direito de os publicar ou não.

Mais um dia

Guilhermino Monteiro

Licenciado em Medicina, João Lóio optou pelas artes, sendo actualmente professor na Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo (ESMAE) do Porto. Editou vários discos em que musicou a sua própria criação poética. É também autor de várias peças musicais para teatro e cinema. Em 1987, participou no Festival de Música Mediterrânica, na Turquia, onde a canção "Meu Amor" obteria o 2º prémio.

Nesse mesmo ano, embora repartindo a sua actividade pela medicina e pelo teatro, João Lóio criou, logo após aquela memorável participação na Turquia, um espectáculo musical com um alinhamento constituído exclusivamente por criações suas, mas com uma particularidade – não havia interrupção entre as canções, apenas um curto intervalo a meio do concerto. Em palco, o próprio Lóio com a sua guitarra; acompanhavam-no quatro cantores; os instrumentos, além da guitarra, reduziam-se a uma flauta e um adufe; um jogo de luzes proporcionava o cambiante necessário aos vários tempos em que se desenrolavam as canções. Daí resultou um espectáculo deslumbrante que perdura na memória de quem a ele assistiu.

Algumas dessas canções viriam a fazer parte de outros concertos, nomeadamente no Teatro Rivoli (1998 e 2005) e no 6º Congresso do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), em 2003. Todavia, daquele espectáculo inicial – levado à cena na Cooperativa do Povo Portuense, em Março de 87 – só restava uma simples cassette. O disco de que agora aqui se trata é a reprodução exacta desse «Mais um Dia» (era o nome do espectáculo), e nele participam três dos músicos iniciais, incluindo o próprio João Lóio.

Como diz Octávio Fonseca, no texto que acompanha o CD, "João Lóio não se deixa moldar pelos valores da sociedade actual, gosta de frequentar o silêncio enquanto território imprescindível de reflexão, gosta de olhar para dentro e tirar de lá as suas canções. Só que hoje as pessoas têm cada vez mais medo do silêncio. Não fora isso, e a nossa crítica musical teria, com certeza, percebido há muito tempo que a já extensa obra de João Lóio é uma das principais referências da música popular portuguesa". ▶

*acabou-se tudo, meu amor / noites de veludo e de dor /
/ onde o sol não foi / e a tristeza entrou*

*outra vez sem nada, meu amor / outra vez a estrada ao meu dispor /
/ mais caminho / mais bagagem de coragem*

*mais um dia, outro dia / outra vez a despertar sozinho /
/ outro vinho, outro ar no coração / outra casa para erguer do chão*

*mais um passo, outro passo / outra vez iniciar viagem /
/ outra margem, outra terra a semear / outra terra a conquistar ao mar (...)*



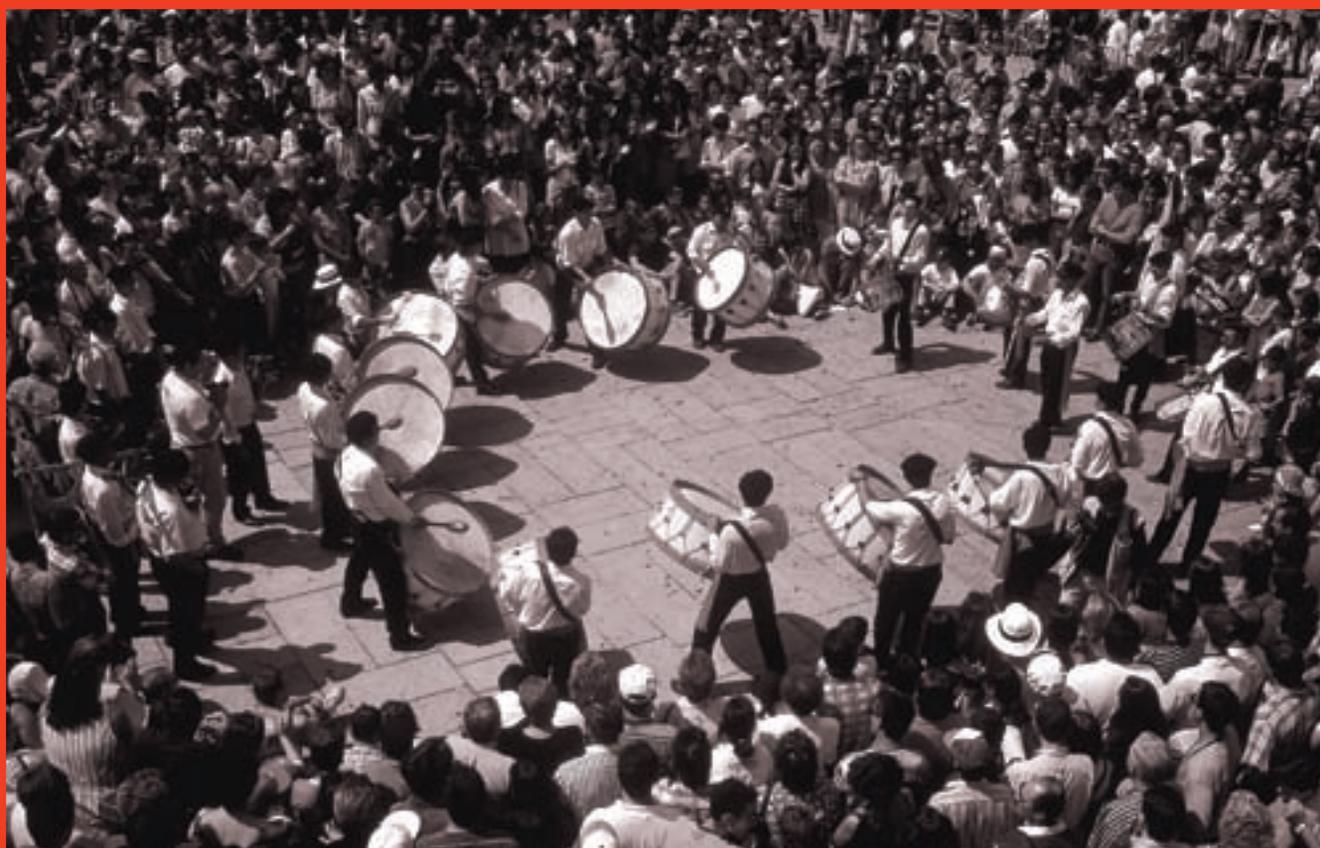
Máscaras "invadem" Soares dos Reis

"Máscaras Portuguesas: Autenticidade e Reinvenção" é a designação do colóquio que vai ter lugar no Museu Nacional de Soares dos Reis (MNSR), no Porto, com o qual o Instituto dos Museus e da Conservação inaugura o ciclo *Museus e Património Imaterial: Agentes, Fronteiras, Identidades*.

A decorrer até Outubro, este ciclo de colóquios pretende promover a divulgação de boas práticas no âmbito da documentação do património, em particular no contexto da actividade museológica.

O colóquio no MNSR decorrerá no âmbito da exposição "Rituais de Inverno com Máscaras", sobre as festividades do nordeste trasmontano em que surgem personagens mascarados.

Patente até 20 de Abril, a exposição resulta de um levantamento sistemático trazido na recolha de uma colecção para o acervo do Museu do Abade de Baçal (Bragança), no levantamento fotográfico no terreno, bem como na realização de um documentário que a acompanha e complementa. ▶



Perdemos a ministra, mas ganhámos os portugueses

Uma sondagem realizada a nível mundial pela Gallup, para o Fórum Económico Mundial, e divulgada no final de Janeiro, revela que a classe docente é o grupo profissional em que os portugueses mais confiam e a que dariam mais poder. Os professores são credores da confiança de 42% dos portugueses – muito acima dos políticos (7%), exactamente os profissionais em quem os portugueses menos confiam. Enquanto ministra, Maria de Lurdes é professora ou política?



...Y tú, por qué no te callas?



nesta edição

02. a abrir
É hoje?
03. editorial
Isto está tudo ligado
- acção reivindicativa
As alterações introduzidas nos horários dos professores estão a provocar a burocratização da docência e o desgaste profissional dos professores. Entretanto, a publicação do diploma regulamentador da avaliação do desempenho veio confirmar inteiramente as críticas dos sindicatos, aquando da sua “negociação”. Nada que espante: conforme Virgínio Sá comprovou no seminário sobre o futuro da escola democrática, promovido pela Fenprof, para o Ministério da Educação, os professores estão sob suspeita.
04. Horários: desregulamentação e desgaste
06. Avaliação do desempenho já está (mas não está) regulamentada
08. O professor sob suspeita
11. Incapacitados para a docência poderão integrar mobilidade especial
12. Desemprego docente: é preciso alertar o país!
- diversos
14. **Consultório Jurídico | Índice de Legislação**
- do superior
15. **Das fundações à falta de fundos**
- notícias spn
18. **Plano de actividades SPN/2008**
20. **Orçamento SPN/2008**
- país
21. **CGTP em congresso**
22. **Mais precariedade e discriminação, não!**
- em foco
Com os meios económicos, tecnológicos, científicos e culturais existentes, podia-se resolver os problemas essenciais dos seres humanos, construir patamares de vida mais elevados para milhões de pessoas que vivem com carências gritantes e produzir alterações positivas na qualidade de vida da generalidade dos cidadãos.
23. **A globalização e os desafios ao sindicalismo**
24. **O Estado deve garantir a coesão social**
26. **É tempo de “novos” sindicatos**
- opinião
28. **Enquanto aluno... Gordinho e coradinho**
- narrativas
29. **Há dias e dias**
- apostas spn
30. **Mais um dia**
- a fechar
31. **Perdemos a ministra, mas ganhámos os portugueses**